

Fernando Molica

A direita e a invasão do Brasil

A julgar por suas declarações favoráveis à invasão norte-americana à Venezuela, o senador Flávio Bolsonaro e os quatro governadores de direita que alimentam sonhos presidenciais teriam apoiado uma intervenção militar dos Estados Unidos no Brasil em 1977, no auge das divergências entre a Casa Branca e a ditadura brasileira.

O presidente dos EUA, Jimmy Carter, poderia alegar motivos parecidos com os de Donald Trump: por aqui, não havia eleições presidenciais, adversários do regime eram assassinados, torturados e presos. E o general de plantão na Presidência, Ernesto Geisel, anunciara, em 1975, um acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, visto como ameaça pelos norte-americanos.

Os temas — direitos humanos e o acordo — provocaram uma das mais sérias crises já ocorridas na história das relações entre os dois países. Algo que, pela lógica de Trump, justificaria uma invasão ao Brasil, sequestro do presidente da República e estabelecimento de uma administração controlada por Washington.

O Brasil não havia assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, articulado por países que queriam garantir para si o direito de fabricarem bombas atômicas. O acordo com a Alemanha, que viabilizou a construção da usina de Angra 2, permitia a transferência da tecnologia de enriquecimento de urânio, fundamental na construção da bomba, algo não admitido por Washington. A campanha foi tão pesada que as forças armadas brasileiras decidiram investir em pesquisas para

o enriquecimento de urânio, o que seria alcançado pela Marinha.

Ao longo de 1977, Carter promoveu duas reuniões com o governo alemão para tentar mudar os termos do acordo nuclear. Decidiu também que o respeito aos direitos humanos seria fundamental para que qualquer país recebesse algum tipo de colaboração militar dos EUA: relatórios sobre o tema teriam que ser examinados pelo congresso norte-americano. Irritado, o governo brasileiro encerrou o acordo de cooperação militar com os EUA que vigorava desde 1952.

Em novembro de 1977, Carter mandou seu secretário de Estado, Cyrus Vance, a Brasília, onde ele se reuniu com Geisel. O visitante, porém, cometeu um erro fatal: esqueceu no gabinete do brasileiro uma pasta com as estratégias que utilizaria para dobrar o Planalto. No ano seguinte, o presidente norte-americano veio ao Brasil e foi recebido de maneira protocolar por Geisel.

E então, Flávio, Tarcísio de Freitas, Ratinho Júnior, Ronaldo Caiado e Romeu Zema: vocês acham que Carter teria justificativas para invadir o Brasil ou isso não poderia ocorrer porque a ditadura daqui era de direita? (Alguns de vocês sequer chamam de ditadura a ditadura que por aqui houve.)

Quem defende intervenção estrangeira para a derrubada de um governo relativiza o conceito de soberania nacional, desrespeita, por oportunismo político-eleitoral, um princípio constitucional básico — Trump, pelo menos, não disfarça que quer mesmo é saber do petróleo venezuelano.

Tales Faria

Para militares, após Venezuela, EUA podem querer a Margem Equatorial

Comandantes militares informaram ao Ministério da Defesa e ao Palácio do Planalto que, após a invasão da Venezuela, os Estados Unidos podem se voltar para dominar a extração de petróleo na Margem Equatorial do Brasil.

O recado dos militares é de que está passando da hora de o Brasil tomar conta da região, do ponto de vista econômico. Caso contrário, não só os EUA como outras potências irão se aventurar.

Os militares brasileiros ficaram preocupados com a primeira entrevista coletiva de imprensa do presidente dos EUA, Donald Trump, no sábado, 3, em que ele tratou da invasão da Venezuela e do sequestro do presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

A preocupação não se dá por motivos ideológicos, pois os militares brasileiros têm proximidade histórica com os colegas norte-americanos. O foco dos militares é a questão geopolítica.

Donald Trump deixou claro que está priorizando a obtenção de novas fontes de energia para seu país, especialmente petróleo, e também fontes de minerais críticos.

Ele enfatizou que seu governo retomou a chamada “Doutrina Monroe” na sua relação com a América Latina.

Criada em 1823 pelo então presidente James Monroe, essa “doutrina” estabelece o Hemisfério Ocidental — que inclui a América Latina — como área de interesse estratégico prioritário para os EUA da qual devem ser afastadas potências de outros hemisférios.

A Margem Equatorial do Brasil, com reservas estimadas em 30 bilhões de barris de petróleo, segundo os militares tem tudo para encher os olhos dos EUA. Além disso, a região amazônica, que faz fronteira com

a Venezuela e a Colômbia, também detém grande potencial para a exploração de minerais críticos.

Os chamados MCEs (Minerais Críticos e Estratégicos) são recursos essenciais para tecnologias de ponta, como veículos elétricos, energia eólica e digitalização, e para a área de Defesa. Minerais como lítio, terras raras, grafite e nióbio enfrentam riscos de escassez e dependência de poucos fornecedores e são cruciais para a transição energética global.

Perguntado na entrevista sobre suas intenções em relação à Colômbia, Trump disparou contra o presidente Gustavo Petro, com quem tem trocado hostilidades nos últimos meses: “Ele está produzindo cocaína e a estão enviando para os Estados Unidos, então, sim, ele tem que cuidar do próprio traseiro”, disse o norte-americano em tom ameaçador. E acrescentou: “Espero que ele esteja ouvindo que será o próximo.”

Petro certamente ouviu. E quem também ouviu e manifestou preocupação com relação à visão de Trump sobre a América Latina foi o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Na reunião on-line de sábado com ministros e assessores do Planalto, Lula pediu especial atenção na fronteira com a Venezuela. O presidente brasileiro também disse a assessores estar preocupado com a fala de Trump sobre a Colômbia e sobre Cuba. O presidente dos EUA declarou na entrevista: “Se eu morasse em Havana e estivesse no governo, eu estaria pelo menos preocupado.”

Para Lula, Trump demonstra total desprezo por acordos multilaterais e pelas normas internacionais. Ou seja, tornou-se um perigo em potencial para todos os países, principalmente para aqueles que, como o Brasil, despertam o interesse econômico dos EUA. “É um perigo”, tem dito Lula reservadamente.

Márcio Coimbra*

A Queda de Maduro

O amanhecer de 2026 marca um ponto de inflexão decisivo para a Venezuela. A queda de Nicolás Maduro e sua transferência sob custódia para Nova Iorque simbolizam o colapso de um sistema que exauriu o Estado, convertendo instituições em engrenagens do crime transnacional. No entanto, o vácuo deixado por décadas de autoritarismo exige prudência absoluta. A transição demanda cautela na estabilização interna e na recuperação de uma indústria petrolífera dilapidada por quase trinta anos de uma gestão que priorizou o saque sistemático e a repressão em parceria com máfias estrangeiras.

A realidade atual ratifica as denúncias de Maria Corina Machado: a PDVSA foi, na prática, privatizada por máfias e potências revisionistas. Sob o manto da Lei Anti-bloqueio, o regime operou a transferência clandestina de ativos para figuras como Alex Saab e conglomerados sem expertise, como o Consórcio Petrolux e a Tridente Servicios Petroleros.

A teia estendeu-se a empresas de fachada ligadas ao Irã, China e Rússia, incluindo a Sinohydro Corporation e as obscuras Anhui Guangda e Beijing Huasheng Rongcheng — cujos objetos sociais originais, como processamento de dados, mascaravam a exploração de hidrocarbonetos. Até a entidade turca Kase Finansal, de natureza financeira, tornou-se operadora petrolífera, evidenciando uma prioridade na engenharia financeira para lavagem de capitais em detrimento da técnica industrial.

Sob o domínio de Pequim, Teerã e Moscou, o patrimônio nacional foi desidratado para financiar a repressão interna e máquinas de guerra globais. Essa pilhagem reduziu a produção a níveis inferiores a 30% de sua capacidade histórica — um déficit de 70% causado por corrupção e negligência. Reerguer este setor vital exigirá agora o aporte tecnológico e a transparên-

cia que apenas os Estados Unidos e o mercado global legítimo podem oferecer.

Esta reconstrução é indissociável de um resgate ético. Não há soberania legítima quando o Estado submete o povo a uma ditadura brutal e invocar o Direito Internacional para proteger um tirano que converteu o país em santuário da tortura situa-se em um absoluto vácuo moral. Aqueles que evocam a “não-ingerência” silenciaram enquanto o terror era institucionalizado nos porões do SEBIN e da DGCIM. A intervenção liderada pelos EUA deve ser vista como um ato de responsabilidade internacional necessário para desmantelar um Estado-narcomafioso que ameaçava a segurança hemisférica.

Contudo, remover Maduro é apenas o primeiro passo. O desafio hercúleo reside na rede sistêmica de controle militar. Permanecem no território centenas de generais vinculados ao narcotráfico, como Vladimir Padrino López, Domingo Hernández Lárez e Diosdado Cabello, responsáveis por pilhar o erário.

É impossível reconstruir o país removendo apenas a “cabeça” do regime e a sobrevivência da democracia exige uma limpeza institucional cirúrgica nas raízes dessa narcocorrupção. Sem desmantelar essa casta militar, qualquer mudança será apenas cosmética. O êxito desta nova era depende da coragem em erradicar as estruturas que ainda infestam o Estado, devolvendo, finalmente, a verdadeira soberania ao povo venezuelano.

***Márcio Coimbra é CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**